

# O avanço das monoculturas de árvores

Impactos sobre as comunidades camponesas na província de Niassa

Winfriidus Overbeek



# MOÇAMBIQUE

Coleção do WRM sobre as plantações nº 14

**O avanço das monoculturas de árvores em Moçambique.  
Impactos sobre as comunidades camponesas na  
província de Niassa**  
*Um relatório de viagem*

Winfriidus Overbeek

Abril 2010

Coordenação geral: Ricardo Carrere  
Edição: Hersilia Fonseca  
Revisão da versão em Português: Luciana Silvestre  
Desenho da capa: Flavio Pazos  
Fotos: Winfridus Overbeek

© Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Secretariado Internacional  
Maldonado 1858  
11200 Montevideo - Uruguay  
Correio eletrônico: [wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
Página web: <http://www.wrm.org.uy>

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido total ou parcialmente sem necessidade de autorização prévia. Não obstante, deverá reconhecer claramente a autoria do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e comunicar ao mesmo qualquer tipo de reprodução.

Este documento foi produzido com o apoio financeiro da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) e Oxfam-Novib. As opiniões deste documento não reflejam necessariamente a opinião oficial da SSNC ou Oxfam-Novib.



Svenska Naturskyddsföreningen

**n(o)vib**  
OXFAM NETHERLANDS

Data da publicação: abril 2010.

ISBN: 978-9974-8030-8-4

**O avanço das monoculturas de árvores em Moçambique.  
Impactos sobre as comunidades camponesas na  
província de Niassa**

*Um relatório de viagem*

Winfriidus Overbeek



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

### Outros títulos da Coleção do WRM sobre as plantações:

Nº 1 - Granda, Patricia. *Carbon Sink Plantations in the Ecuadorian Andes: Impacts of the Dutch FACE-PROFAFOR monoculture tree plantations project on indigenous and peasant communities*. 2005 (Também disponível em Espanhol).

Nº 2 - De'Nadai, Alacir; Overbeek, Winfridus; Soares, Luiz Alberto. *Plantações de eucalipto e produção de celulose. Promessas de emprego e destruição de trabalho. O caso Aracruz Celulose no Brasil*. 2005 (Também disponível em Espanhol e Inglês).

Nº 3 - Montalba Navarro, René; Carrasco Henríquez, Noelia; Araya Cornejo, José. *The Economic and Social Context of Monoculture Tree Plantations in Chile. The case of the Commune of Lumaco, Araucanía Region*. 2005 (Também disponível em Espanhol).

Nº 4 - *The Death of the Forest: A report on Wuzhishan's and Green Rich's tree plantation activities in Cambodia*. 2005 (Disponível somente em Inglês).

Nº 5 - Carrere, Ricardo. *Greenwash: Critical analysis of FSC certification of industrial tree monocultures in Uruguay*. 2006 (Também disponível em Espanhol).

Nº 6 - Blessing Karumbidza, John. *A Study of the Social and Economic Impacts of Industrial Tree Plantations in the KwaZulu-Natal Province of South Africa*. 2006 (Disponível somente em Inglês).

Nº 7 - Granda, Patricia. *Monoculture Tree Plantations in Ecuador*. 2006 (Também disponível em Espanhol).

Nº 8 - Noor, Rivani and Syumanda, Rully. *Social Conflict and Environmental Disaster: A report on Asia Pulp and Paper's operations in Sumatra, Indonesia*. 2006 (Disponível somente em Inglês).

Nº 9 - Lang, Chris and Byakola, Timothy. *A Funny Place to Store Carbon: UWA-FACE Foundation's tree planting project in Mount Elgon National Park, Uganda*. 2006 (Disponível somente em Inglês).

Nº 10 - Menne, Wally and Carrere, Ricardo. *Swaziland: The Myth of Sustainable Timber Plantations*. 2007 (Disponível somente em Inglês).

Nº 11 - Barcellos, Gilsa Helena and Ferreira, Simone Batista. *Women and Eucalyptus: Stories of Life and Resistance. Impacts of eucalyptus monocultures on indigenous and quilombola women in the state Espírito Santo*. 2007 (Também disponível em Espanhol).

Nº 12 - Ramos, Ivonne and Bonilla, Natalia. *Women, Communities and Plantations in Ecuador. Testimonials on a socially and environmentally destructive forestry model*. 2008 (Também disponível em Espanhol).

No.13 - Gerber, Julien-François. *Impacts des plantations industrielles d'arbres en Afrique Equatoriale. Résistances locales contre les plantations HEVECAM et SOCAPALM dans la forêt du Sud-Cameroun*. 2008 (Disponível somente em Francês).

# ÍNDICE

## I. Apresentação

## II. Capítulo 1. As monoculturas de árvores em Moçambique

1.1 Breve caracterização

1.2 A expansão da monocultura de pinho e eucalipto na província de Niassa

- *Fundação Malonda*

- *O potencial para plantações de árvores na província de Niassa*

- *Os investidores*

1.3 Projetos de redução de emissões de CO2 em Moçambique envolvendo o plantio de árvores

## III. Capítulo 2. Os impactos sobre as comunidades camponesas em Niassa

2.1 A invasão das terras comunitárias

2.2 A segurança alimentar em perigo

2.3 A questão do emprego

2.4 Outros impactos

## IV. Capítulo 3. A resistência

## V. Capítulo 4. Considerações Finais



## I. Apresentação

Esta publicação é resultado de uma visita realizada a Moçambique, em novembro de 2009, por dois ativistas<sup>1</sup> envolvidos na luta contra as monoculturas de árvores no estado do Espírito Santo, no Brasil. A visita foi promovida pelo *Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais* (WRM) e teve o objetivo de intercambiar experiências sobre os impactos das monoculturas de árvores em larga escala.

O Brasil tem bastante conhecimento nessa área, pois o plantio e a expansão dessa monocultura ocorrem há mais de 40 anos nesse país. Ao mesmo tempo, houve a realização de várias lutas e formas de articulação e resistência por parte das comunidades impactadas e organizações de apoio, resultando na formação, há cerca de 10 anos, da *Rede Alerta contra o Deserto Verde*.

Nos últimos anos, o WRM tem recebido sinais de que monoculturas de árvores estavam expandindo-se em Moçambique. Tendo em vista que Brasil e Moçambique falam a mesma língua oficial, surgiu a idéia de promover um intercâmbio entre os dois países com o objetivo de:

- intercambiar experiências sobre os impactos dos monocultivos entre as comunidades afetadas;
- compreender melhor a situação da implantação e expansão das monoculturas de árvores em Moçambique, e;
- identificar organizações que trabalham e sejam interessadas pelo tema.

A visita não teria sido possível sem a valiosa ajuda dos companheir@s da UNAC - União Nacional de Camponeses, de Moçambique; e da UCA - União dos Camponeses e Associações de Lichinga, que se prontificaram para receber e acompanhar a delegação e organizar as visitas às comunidades. Também agradecemos o apoio dado a esta iniciativa pela Via Campesina Brasil.

---

<sup>1</sup>Domingos Firmiano dos Santos, liderança da comunidade quilombola (afrobrasileira) de Angelim e liderança nacional da CONAQ (Coordenação Nacional das comunidades Quilombolas), e Winnie Overbeek, integrante da *Rede Alerta contra o Deserto Verde*.



## II. Capítulo 1. As monoculturas de árvores em Moçambique

### 1.1 Breve caracterização

A chegada e a expansão das monoculturas de árvores em larga escala são bastante recentes em Moçambique. Em termos de monoculturas de exportação, há anos que o algodão e o fumo são as principais culturas no país. O gergelim passou a ser cultivado nos últimos períodos e é mais aceito pelos camponeses se comparado ao fumo e ao algodão, pois é uma cultura comestível. Além disso, o governo tem feito bastante propaganda para plantar a *getrofa* (pinhão-mansão no Brasil) para a produção de biodiesel.

Não foi possível coletar dados precisos sobre o tamanho da área de plantações de árvores em Moçambique, mas estima-se que essa área ainda é relativamente pequena, em torno de 25 mil hectares. Porém, as previsões indicam que serão centenas de milhares de hectares.

De maneira geral, há dois tipos de plantações de árvores em Moçambique. O primeiro tipo congrega pequenas áreas de eucaliptos e pinhos<sup>2</sup>, plantados nos anos 1970 e 1980; e o segundo tipo engloba monoculturas de árvores em larga escala, principalmente as espécies de eucalipto, pinho e teca, que atualmente estão sendo disseminadas em diversas províncias do país.

O plano do governo Moçambicano de incentivar monoculturas em larga escala de espécies exóticas de rápido crescimento (eucalipto, pinho e teca) faz parte de uma estratégia para atrair investimentos privados para as províncias, com o objetivo de gerar emprego e incentivar o desenvolvimento regional. Essa estratégia começou a ganhar força quando a economia estatal transformou-se numa economia de mercado a partir da aproximação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, processo iniciado pelo governo moçambicano a partir da segunda metade dos anos 80.

A partir de investimentos privados estrangeiros, foram desenvolvidos projetos de monoculturas de árvores nas várias províncias, os quais se encontram, atualmente, em diversos estágios de implementação, como demonstrado a seguir:

– província de **Manica**, onde atua a *Indústria Florestal de Manica*, subsidiária da empresa sul-africana *Komatiland Forests*.

– província de **Nampula**, onde está previsto o investimento da *Green Resources*, empresa norueguesa que anunciou recentemente a assinatura de um acordo com o governo moçambicano para o plantio de 100 mil hectares de monocultura no norte do país<sup>3</sup>. No final de dezembro de 2009, foi anunciada a aprovação do projeto dessa empresa pelo governo de Moçambique, o

---

<sup>2</sup> Chamado *pinus* no português do Brasil.

<sup>3</sup> Capitaleritreia, “Phaunos Timber Fund Raises Stake in East African Forester Green Resources”, 1o. de Outubro de 2009, <http://www.capitaleritreia.com/region/phaunos-timber-fund-raises-stake-in-east-african-forester-green-resources/>

que significou um investimento de US\$ 2.2 bilhões em 126 mil ha de plantações de eucalipto para produzir papel, madeira serrada e carvão vegetal, além de investimentos em uma serraria e outros itens infraestruturais. O projeto promete gerar 11.500 empregos e a empresa assegurou a construção de escolas, centros de saúde e outras obras de infraestrutura para a população local.<sup>4</sup>

– província de **Zambézia**, onde a *Tectona Forests of Zambezia* planeja plantar 35 mil hectares de teça; e a *Ntacula Florestas de Zambezia*, 35 mil hectares de eucalipto e pinho.<sup>5</sup>

– além disso, as províncias de **Zambézia** e **Manica** estariam recebendo dois terços dos 200 mil hectares de plantações de eucalipto que a empresa portuguesa *Portucel* pretende plantar no país para fins de produção de celulose.<sup>6</sup> Uma notícia mais recente afirma que as negociações entre a *Portucel* e o governo Moçambicano estariam quase finalizadas, faltando a definição de onde se localizaria a fábrica de celulose.<sup>7</sup> Uma terceira notícia, posterior às outras duas, afirma que o governo concedeu uma área de 173 mil hectares para a empresa.<sup>8</sup>

– província de **Niassa**. Segundo as informações da UNAC, o incentivo à monocultura de árvores no país estaria concentrado nesta província, o que motivou a UNAC a propor à delegação brasileira que concentrasse sua visita de campo nessa província, com o acompanhamento direto da UNAC e da UCA.

## 1.2 A expansão da monocultura de pinho e eucalipto na província de Niassa

Niassa é a maior província de Moçambique, com uma superfície de 129 mil km<sup>2</sup>. Porém, possui uma população relativamente pequena, com cerca de 1 milhão de pessoas. A província é localizada no extremo norte do país, longe da capital Maputo, e dispõe de terras férteis<sup>9</sup>, além de não contar com grandes investimentos. Supõe-se que todos esses fatores sejam motivos importantes para que o governo Moçambicano oriente parte das empresas e investidores, interessados no plantio de pinho e eucalipto, a investir nessa província.

Assim como no resto do país, Niassa é uma província onde 70-80% da população vive no campo. Os habitantes da localidade ainda estão reconstruindo sua vida após o conflito que durou cerca de 15 anos e que terminou em 1992, quando foi assinado um acordo de paz entre o Frelimo e Renamo. Durante o período conflituoso, praticamente toda a população rural de Niassa refugiou-se no país vizinho de Malawi.

Informantes locais afirmaram que o cultivo das plantações de árvores em larga escala teria

<sup>4</sup> Agência de informação de Moçambique, “Mozambique: government approves eucalyptus plantations”, <http://allafrica.com/stories/200912221059.html>, 22 de dezembro de 2009.

<sup>5</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

<sup>6</sup> Monjane, Boaventura, “Portucel negocia compra de 200 mil hectares em Moçambique para plantar eucalipto”, informe da Via Campesina, 11 de Novembro de 2009.

<sup>7</sup> <http://www.scribd.com/doc/23421860/Southern-Online-233>, “Portucel to plant 200,000 ha in Mozambique for new pulp plant”, 1 December 2009.

<sup>8</sup> Agência de informação de Moçambique, “Mozambique: government approves eucalyptus plantations”, <http://allafrica.com/stories/200912221059.html>, 22 de dezembro de 2009.

<sup>9</sup> A região em torno do capital de Niassa, Lichinga, é o chamado planalto de Lichinga, a cerca de 1300 metros de altitude, com muitas aldeias e comunidades que vivem da agricultura nessas terras férteis.

começado por meio de um padre anglicano, radicado em Niassa, que teve a idéia de plantar árvores na província e que saiu em busca de apoio fora do país. Tal fato pode explicar o envolvimento de Igrejas da Suécia e da Noruega como investidores nas plantações (veja abaixo).

O plantio das monoculturas de árvores pelas empresas acima citadas teve início em 2005, apesar de que a maior parte tenha sido plantada a partir de 2007.

#### • *Fundação Malonda*

Um dos principais atores na província é a *Fundação Malonda*. Trata-se de uma agência governamental, criada em 2005, com o objetivo de promover e facilitar os investimentos privados em prol do desenvolvimento da província na área de plantações, agricultura, fauna/turismo e crédito para agricultura. A própria fundação maneja 800 hectares de pinho e eucalipto, plantadas na localidade de Mussa, distrito de Lichinga, de caráter “experimental” segundo ela. A fundação mantém também um viveiro próprio que produzirá, em 2009, 500 mil mudas de eucalipto e pinho para expandir sua área em mais 200 hectares em 2010.

A Fundação busca facilitar o estabelecimento de empresas florestais e tem ‘*promovidas 4 empresas de reflorestamento para fins industriais*’. As seguintes empresas são consideradas hoje ‘parceiras’ da Fundação:

- *New Forests Malonda*, que atua no distrito de Mueembe;
- *Malonda Tree Farms*, que atua no distrito de Sanga;
- *Florestas de Niassa*, que atua no distrito de Lichinga.

Um material informativo da empresa afirma que há ‘*mais de 15 mil hectares plantados em 4 anos*’. Outra informação divulgada pela Fundação menciona que ‘*nos últimos 3 anos cerca de 8 mil hectares foram plantadas por 3 empresas recentemente instaladas*’. Segundo o sítio na internet, a Fundação também pretende atuar com ‘*programas e/ou projetos de seqüestro de carbono*’.<sup>10</sup>

Outra empresa que, segundo a Fundação Malonda, atua na província de forma mais independente é o *Chikweti Forests of Niassa*, que, sozinha, teria como meta ocupar 140 mil hectares de terras em vários distritos de Niassa, sendo 68.500 hectares com monoculturas de árvores. Também há uma empresa chamada *Florestal de Messangulo* que pretende ocupar 34 mil hectares, sendo 17 mil hectares com plantações de árvores.<sup>11</sup>

#### • *O potencial para plantações de árvores na província de Niassa*

Não é uma simples tarefa saber exatamente quantos hectares de pinus e eucaliptos os diversos atores empresariais pretendem implantar na Província. Mas trata-se de, pelo menos, algumas centenas de milhares de hectares, ou seja, uma área bastante significativa.

---

<sup>10</sup> [www.malonda.co.mz/por/areas\\_de\\_intervencao/forestry](http://www.malonda.co.mz/por/areas_de_intervencao/forestry)

<sup>11</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

No sítio na internet da Fundação Malonda, há um relatório disponível sobre o assunto elaborado por duas empresas finlandesas de consultoria na área de plantações de árvores, *Indufor* e *Savcom*, em cooperação com a empresa *Rural Consult Ltda*. A figura abaixo (nº2) mostra a província de Niassa com as áreas já ocupadas pelas monoculturas e o potencial para plantações de árvores.

O relatório identifica 264 mil hectares como áreas com alto potencial para plantações de árvores no altiplano de Lichinga, mais especificamente nos distritos de Ngauma, Sanga, Muembe e Lichinga, todos relativamente próximos à capital da província, Lichinga. Mais 36 mil hectares com um potencial médio foram identificados no distrito de Maua.<sup>12</sup>

O relatório diz ainda que essas áreas estão fora do espaço que abrange o Projeto da Fundação Malonda. A meta da Fundação, segundo informações obtidas no seu escritório, é que cada empresa ligada à Fundação ocupará 20 mil hectares com 60% de plantações e 40% de área de reserva, sendo que a meta é ocupar 170 mil hectares: 14 mil ha no distrito de Sanga, 138 mil ha no distrito de Muembe, e 18 mil ha no distrito de Lichinga. Segundo material informativo da Fundação, a província tem um potencial de 2,4 milhões de hectares<sup>13</sup>, 18.6% da área provincial.

O relatório de consultoria recomenda ainda que *‘a melhor estratégia seria criar plantações florestais associadas com serrarias e indústrias de móveis’*. A sugestão é beneficiar a produção localmente, com objetivo de exportar. Vários países como a Índia e do Golfo da Pérsia são indicados como potenciais importadores.<sup>14</sup>

Por último, segunda informações da UNAC em Maputo, as empresas que atuam na província já teriam recebido uma concessão do governo central na capital Maputo para plantar 250 mil hectares na província de Niassa, sendo que até agora teriam recebido autorização para ocupar 40% desta área (100 mil hectares). O prazo da concessão é de 50 anos.

#### • Os investidores

Os principais investidores nas plantações na província de Niassa são:

- o **Governo da Suécia**, que financia a Fundação Malonda através da sua agência de desenvolvimento internacional (SIDA)<sup>15</sup>;

---

<sup>12</sup>Savcor/Indufor e Rural Consult Ltd., “Zoning and identification of areas for investment in the agrarian sector and socio-environmental analysis for Niassa province, Volume V - Forestry Plantations”, www.malonda.co.mz, acesso em 22 de Janeiro de 2010.

<sup>13</sup>Fundação Malonda, “Promotor e Facilitador do Desenvolvimento do Sector Privado”, Folder, entregue em novembro de 2009, e Malonda Foundation, “Development of Niassa”, folder, entregue em novembro de 2009.

<sup>14</sup>Savcor/Indufor e Rural Consult Ltd., “Zoning and identification of areas for investment in the agrarian sector and socio-environmental analysis for Niassa province, Volume V - Forestry Plantations”, www.malonda.co.mz, acesso em 22 de Janeiro de 2010.

<sup>15</sup>Enquanto o governo sueco investe em expansão das plantações em Niassa, o Centro Cooperativo Sueco mantém uma outra linha, de apoio às organizações camponesas, por exemplo, em Niassa.

- o **Global Solidarity Forest Fund (GSFF)** ou **Fundo Florestal Global de Solidariedade**. Este fundo de investimento ‘florestal’, sediado na Suécia, foi criado pela Diocese de Vasteras e a Igreja Luterana da Suécia e pela entidade chamada Doação da Igreja Luterana Norueguesa (*Norwegian Lutheran Church Endowment - OVF*). Outro investidor é um dos maiores fundos de pensão do mundo, a holandesa ABP.

- a empresa norueguesa **Green Resources**, detentora de 80% da empresa Malonda Tree Farms, ligada à Fundação Malonda.<sup>16</sup>

O GSFF afirma que promove investimentos locais: quatro deles em Moçambique e um em Angola. Através desses investimentos, o Fundo afirma que oferece cerca de 1000 empregos para comunidades que até então só viviam de agricultura de subsistência, e que seus investimentos ‘*resultarão num período de 10 anos no reflorestamento, restauração e manejo responsável de mais de 400 mil hectares de florestas*’. O Fundo visa também à obtenção da certificação FSC para as plantações financiadas. Os investimentos do GSFF em Moçambique são realizados nas empresas: *Chikweti Forests de Niassa, Tectona Forests of Zambezia, Ntacia Florestas de Zambezia e Florestal de Messangulo*. A contraparte local na província de Niassa é a Diocese Anglicana de Niassa.<sup>17</sup>

A GSFF tem, além da Diocese Anglicana de Niassa, uma parceria com o *Programa Internacional do Serviço Florestal dos EUA* para um programa chamado “*5F, Florestas, Financiamento, Comida [Food], Combustível [Fuel] e Futuro*”. Nesse programa, a empresa *Chikweti* cuida da parte comercial, implementando plantações e gerando emprego, além de garantir a ‘*equidade ambiental*’. O outro componente é o desenvolvimento comunitário, realizado pela Diocese de Niassa. O programa recebeu ajuda financeira inicial da USAID.<sup>18</sup>

A *Fundação Malonda*, a *Global Solidarity Forest Fund* e também a *Green Resources* afirmam que a certificação do Forest Stewardship Council (FSC) é uma meta a ser alcançada e garantida. No entanto, durante a visita não foi possível confirmar se o FSC certificou ou não alguma área de plantações em Niassa, ou se está em processo de certificação de alguma das áreas.

---

<sup>16</sup> [www.greenresources.no/Plantations.aspx](http://www.greenresources.no/Plantations.aspx). Acessado em 3 de fevereiro de 2010.

<sup>17</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

<sup>18</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

### A certificação FSC em Moçambique

Segundo o sitio na internet do próprio FSC, em Moçambique há cerca de 70 mil hectares certificadas pelos princípios e critérios do FSC, em áreas de duas empresas, não localizadas em Niassa:

- a empresa LevasFlor radicada na cidade portuária de Beira, província de Sofala, com uma área certificada em 2006, com tamanho de 46.240 ha;
- e a empresa TCT Industrias Florestais Lda. (TCT Dalmann Furniture), também localizada em Beira, certificada também em 2006, com área de 24.821 ha.<sup>19</sup>

A empresa Levasflor, conforme a certificadora SGS em seu relatório público, maneja uma área de floresta nativa e, segundo o relatório, trata-se de “uma companhia pública limitada que obteve uma concessão de 46.240 ha na província de Sofala e os dois acionistas são a Igreja Anglicana da Suecia (90%) e a Diocese do Lebombo (a Igreja Anglicana de Moçambique). Os proprietários contrataram o corpo directivo de outra concessão, a TCT, para gerir a concessão de LevasFlor, (...)”<sup>20</sup>. Esta citação mostra o envolvimento das citadas Igrejas com esta empresa, e uma ligação entre a LevasFlor e a outra empresa certificada pela FSC, a TCT. A empresa TCT, que também foi certificada pela SGS, igualmente pratica o manejo de floresta nativa para a obtenção de madeira para serraria/móveis e é uma empresa nacionalmente registrada.<sup>21</sup>

Além da busca da certificação FSC, a GSFF, ao apresentar na internet seus investimentos em Niassa, afirma também que quer aderir a convenções relevantes da ONU e da OIT sobre biodiversidade, conservação da natureza, direitos humanos, liberdade individual, povos indígenas, minorias étnicas e saúde, segurança e ambiente de trabalho.<sup>22</sup>

Segundo a Fundação Malonda, o objetivo é atrair uma fábrica de celulose para a província e fazer o processamento local de madeira (serraria), conforme as recomendações do relatório de consultoria no seu sitio na internet. Atualmente, a *Chikweti Forests of Niassa* já tem uma serraria em Lichinga, aproveitando as relativamente pequenas áreas de plantações mais antigas como matéria-prima.

<sup>19</sup> [www.fsc.org](http://www.fsc.org)

<sup>20</sup> [www.forestry.sgs.com/documents/sgs-ssc-8960-mz-levas-flor-sa2008-12ad36a-gm-psummary-en-09.pdf](http://www.forestry.sgs.com/documents/sgs-ssc-8960-mz-levas-flor-sa2008-12ad36a-gm-psummary-en-09.pdf)

<sup>21</sup> [www.forestry.sgs.com/documents/9178-mz\\_-\\_tct\\_sa2007-12\\_-\\_ad36a\\_gm-2.pdf](http://www.forestry.sgs.com/documents/9178-mz_-_tct_sa2007-12_-_ad36a_gm-2.pdf)

<sup>22</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

### 1.3 Projetos de redução de emissões de CO<sub>2</sub> em Moçambique envolvendo o plantio de árvores

Nos seus respectivos sítios na internet, tanto a Fundação Malonda quanto a GSFF e também Green Resources, falam em seqüestro de carbono como uma atividade que pode ser explorada nos seus projetos em Niassa. Em geral, muitas empresas dos países industrializados do hemisfério Norte preferem continuar poluindo e por isso estão em busca de lugares e projetos para “compensar” sua poluição. Dessa forma, buscam investir em atividades de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, os chamados projetos do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), meio de compensação criado pelo Protocolo de Quioto.

Uma empresa de consultoria holandesa, *Silvestrum*, especializada em manejo sustentável e projetos do mercado de carbono nas áreas de agricultura e florestas, visitou a província de Niassa em setembro de 2008 para estudar a viabilidade de projetos de carbono na província. Conforme a diretora da *Silvestrum*, Eveline Trines, pensou-se, para Niassa, numa combinação de agricultura melhorada, manejo florestal e plantações de árvores para lenha<sup>19</sup>. Vale ressaltar que inúmeras organizações criticam os projetos de MDL, pois em sua opinião, tais projetos estariam adiando medidas estruturais para reduzir as emissões nos países industrializados do Norte, enquanto os projetos nos países ‘em desenvolvimento’ pouco estariam alcançando as reduções exigidas de emissões de CO<sub>2</sub>. Além disso, os benefícios ficariam na sua grande maioria nas mãos das empresas e organizações que administram o projeto.

Vale ressaltar que já existe pelo menos um projeto do mercado de carbono ‘voluntário’<sup>20</sup> em Moçambique, na região do Parque Gorongosa, região central do país. Uma empresa privada, chamada *Envirotrade*, facilita a compra de créditos de carbono do projeto que consiste na plantação de árvores realizada por famílias camponesas numa comunidade local. O projeto está sendo monitorado por pesquisadores do Instituto de Ciência Atmosférica e Ambiental da Universidade de Edinburg, conta com compradores particulares e também recebeu recursos no valor de EUR 1,13 milhões da Comissão Européia. Esta tem feito críticas ao projeto, alegando, conforme um artigo do jornal *Sunday Times*, que “a qualidade do trabalho técnico...[é] muito além daquilo que poderia razoavelmente ser esperado de um projeto piloto administrado por uma universidade”. Uma das principais preocupações era como verificar a quantidade real de emissões de CO<sub>2</sub> (carbono) que estão sendo reduzida.<sup>21</sup>

---

<sup>23</sup> Ipsnews, “Climate change: carbon trading welcomed, criticized”, Ipsnews.net, [Http://bit.ly/2wqtm3](http://bit.ly/2wqtm3), 5 de novembro de 2009.

<sup>24</sup> Sem que seja reconhecido como projeto de MDL pelo sistema do Protocolo de Quioto.

<sup>25</sup> Girling, Richard, “We’re having a party. Mozambique is still suffering from the devastation of civil war. But in one village, the people are paving their way to a healthy future – by planting trees”, *The Sunday Times*, 3 de julho de 2005. Carbonoffsetsdaily, “N’Hambita community carbon offset project in Mozambique accused of not being transparent”, <http://www.carbonoffsetsdaily.com/top-stories/eu-denounces-socialite%E2%80%99s-carbon-offset-project-3524.htm>, January 2009.

### III. Capítulo 2. Os impactos sobre as comunidades camponesas em Niassa

#### 2.1 A invasão das terras comunitárias

Nos últimos quatro anos, o principal impacto causado pelo plantio de pinho e eucalipto em larga escala na província de Niassa é a apropriação, por parte das empresas, de terras comunitárias, reduzindo o acesso das famílias camponesas a essas terras. Todos os principais líderes das comunidades visitadas, chamados “régulos” e no caso de uma aldeia que foi visitada, a “rainha”, são unânimes em afirmar que não concordam que terras próximas às comunidades sejam ocupadas com pinho ou eucalipto, mesmo que, na maioria das vezes, digam que não têm como evitar o plantio, já que o projeto vem de cima para baixo e, muitas vezes, têm sido negociado com os “régulos superiores”. Além disso, trata-se de um projeto do governo, que mantém uma influência forte sobre o país e as comunidades. O governo pode, inclusive, influenciar a nomeação de régulos, como na comunidade de Lumbe no distrito de Lichinga, onde existe um régulo mais tradicional e um outro mais novo e mais ligado ao governo.

Conforme a *Lei das Terras* de 1997, que garante o acesso das famílias camponesas a suas terras, para que empresas possam entrar em terras comunitárias, é preciso que consultem pelo menos 9 (nove) pessoas da comunidade onde pretendem fazer uso das terras para plantar monoculturas de árvores. Conforme um relatório elaborado a pedido da Embaixada da Suécia, em Moçambique, essa consulta não teria ocorrido de forma efetiva e, por isso, as comunidades não foram ouvidas, nem tomaram conhecimento dos projetos<sup>22</sup>. Ao mesmo tempo, o descontentamento causado entre os membros da comunidade dificilmente significa que eles se levantem contra seus régulos, pois estes são pessoas bastante respeitadas pela comunidade.

Na visita realizada, pode-se confirmar também que uma efetiva consulta às comunidades não ocorreu, apesar de que a GSFF afirme, no seu sítio na internet, que houve uma ‘consulta comunitária ampla’<sup>23</sup>. Segundo os régulos que foram ouvidos, chegaram representantes do governo, num primeiro momento, informando que uma empresa iria chegar para plantar árvores<sup>24</sup>. Se o régulo era superior, os representantes do governo ‘alertavam’ o mesmo a indicar às empresas as áreas onde poderiam fazer o plantio do pinho e/ou eucalipto, mas nunca sugeriam a opção de ‘dizer não’, ou seja, a possibilidade de não realizar o plantio sequer era apresentada na ocasião. Nos casos em que o régulo foi de fato ‘consultado’, foi feito um acordo sobre o local e o tamanho da área onde a empresa poderia plantar os pinhos e/ou eucaliptos.

---

<sup>26</sup>SIDA Helpdesk for Environmental Assessment, “Não é uma questão de fazer ou não fazer –é uma questão de como fazer”. Estudo sobre terra comunitárias, Província de Niassa, Moçambique, outubro de 2008.

<sup>27</sup>Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

<sup>28</sup>Visitamos comunidades nos distritos de Lichinga, Sanga, Lago e Muembe, afetadas por plantios das seguintes empresas: Tree Farms Malonda, Chikweti Forests of Niassa, New Forest Malonda e Fundação Malonda.



Percebe-se que, mesmo entre os régulos, há pouca informação sobre o projeto das empresas, ou seja, não há nenhum esforço por parte das empresas para repassar mais informações para os régulos sobre, por exemplo, os objetivos e metas dos seus projetos na região e a quantidade de áreas que serão ocupadas.

Quando começou a ocupação das terras pelas empresas, iniciou-se o conflito com as comunidades no sentido de que as aldeias, onde vivem cerca de 70-80% da população da província, costumam se localizar na beira das estradas, bem como as *machambas* (roças em português). O motivo da comunidade para morar e trabalhar na beira da estrada é a maior facilidade em ter acesso a serviços básicos como saúde e educação, além de facilitar o escoamento da produção. As comunidades produzem principalmente milho, mas também mapira, hortaliças, feijão, amendoim, arroz, batata e mandioca. Além disso, elas coletam frutas e possuem pequenos animais (cabrito, galinha). Há também camponeses com criação de gado.

No entanto, as empresas disputam exatamente as áreas que as comunidades costumam usar, querendo também desfrutar da facilidade de estar próximo às estradas. Mesmo assim, um dos investidores no *Global Solidarity Forest Fund*, a holandesa ABP, informa que “*a terra usada para plantar [as árvores] é terra agrícola esgotada*”<sup>25</sup>. No entanto, os régulos afirmam que as terras ocupadas pelas empresas não são degradadas, mas estão em fase de repouso, prática comum nas comunidades rurais em Moçambique. Significa que, após cultivar a terra durante 5-6 anos, deixam-na “descansar” por um período de vários anos até iniciar um novo ciclo de plantio-pouso. Os camponeses afirmam que precisam futuramente dessas terras, pois são para os filhos e filhas, netos e netas. As empresas, ao ocupar essas terras, desrespeitam claramente essa prática, ainda mais se as terras ficam mais próximas das comunidades. Na maioria das vezes, as empresas, uma vez ocupando uma gleba das terras comunitárias, não respeitam esses limites e tentam avançar sobre outras áreas que são usadas pela comunidade.

Dependendo do status do régulo, o mesmo tem mais ou menos poder para influenciar sobre o local onde a empresa irá se instalar. O régulo da aldeia Bairro Qavago, no distrito de Sanga, disse, por exemplo, que não teve nenhuma participação no acordo sobre o plantio da monocultura de árvores na sua região, que foi assinado por um régulo superior. Hoje, sua comunidade está literalmente cercada pelo pinho e eucalipto da ‘*Malonda Tree Farms*’. Ele questiona porque as empresas não plantam pinho a, pelo menos, 7 km da comunidade, já que eles possuem o transporte e a comunidade não.

Mas no caso da comunidade de Bandesi, no distrito do Lago, o régulo Cásimo Awilo disse que podia, conforme o governo alertou-o, indicar uma área para a empresa – no caso a *Chikweti Forests of Niassa* – e isso de fato ocorreu. Ele também disse que deu uma área menor do território da comunidade para a empresa, enquanto, na verdade, a empresa queria ocupar toda a área da comunidade. Disse que a terra que a comunidade utiliza para produzir alimentos é boa, plana, enquanto a terra que ele deu para a empresa tem muitas pedras, ‘*é difícil capinar lá*’. Falou que a empresa já violou o acordo, avançando sobre outras áreas, e lamenta que essa questão de plantação de árvores está provocando muita discordância entre os régulos.

---

<sup>29</sup> [http://www.abp.nl/abp/abp/english/about\\_abp/investments/esg/esg\\_in\\_practice/Global\\_Solidarity\\_Forest\\_Fund.asp](http://www.abp.nl/abp/abp/english/about_abp/investments/esg/esg_in_practice/Global_Solidarity_Forest_Fund.asp)

Na comunidade de Maniambe, também no distrito de Lago, a comunidade deu determinadas áreas para a *Chikweti*, mas a empresa não respeitou e colocou os marcos ‘*mais para frente*’. Um líder comunitário afirma que quando a comunidade protestou contra isso, a empresa disse “*Como podemos sair daqui? Agora já plantamos as árvores e vocês não são capazes de devolver o dinheiro que nos já gastamos*”. Um membro da comunidade disse que “*parece que eles não vêm mais pedir, eles vêm mandar*”. E afirma que as reclamações junto ao governo não adiantaram nada. A rainha da comunidade de Maniamba afirma que, num primeiro momento, a *Chikweti* respeitava a comunidade, mas logo começaram a ocupar mais áreas. Afirma que hoje não respeitam mais nada.

A mesma situação está ocorrendo também na aldeia de Nthamila no distrito de Muembe onde o régulo deu uma área que, segundo ele, fica “*depois da montanha e com bastante pedra*” para a empresa *New Forests Malonda*. O régulo diz que se trata de uma área onde “*nosso produto não sai*”, preservando as áreas boas da comunidade onde há anos plantam e colhem sem precisar de adubo.

O mesmo ocorreu na comunidade vizinha de Ligogolo, também no distrito de Muembe, onde o régulo Miute Said deu uma área menor da comunidade, sobre a qual sabia que não extraía rendimentos, para a empresa *New Forests Malonda*, a quem disse: “*Se quiserem mais terras, melhor irem embora*”. Falou ainda que “*não há confiança entre eles e a comunidade porque não cumpriram tudo que foi prometido*”.

Houve apenas uma comunidade no distrito de Muembe, chamada Dendiza, que resistiu à entrada do plantio de árvores. No entanto, conforme outros régulos da região, um alto funcionário do governo dirigiu-se para conversar com o régulo de Dendiza, buscando reverter a situação. É por isso que o régulo de Nthamila disse que “*quando a pessoa resolve proibir este plantio, começam a ter medo do governo*”.

Em geral, os régulos afirmam que é muito difícil resistir a este tipo de projeto porque a empresa vem toda “*documentada*” e com “*acordos já assinados*”. Eles consideram que isso é um desrespeito à comunidade.

### O caso da comunidade de Mussa

Um caso particular ocorre em Mussa, onde 27 famílias camponesas tiveram suas *machambas* tomadas pelos plantios de pinho e eucalipto da *Fundação Malonda*, sendo que a Fundação prometeu uma outra área para essas famílias. Acontece que as famílias, habituadas a plantar sem uso de insumos, como o adubo químico e os agrotóxicos, não conseguiram produzir nessa outra área e não têm condições para comprar adubo. Esse conflito já dura algum tempo e, até o momento da visita<sup>26</sup>, não foi resolvido, sendo que as famílias aguardam um pedido de adubo e sementes da Fundação numa tentativa de produzir na área que receberam e contam com apoio da UCA e UNAC para sua reivindicação. Vale ressaltar que a fundação também solicitou o apoio dessas organizações camponesas. No entanto, a idéia da Fundação era para que essas organizações fossem intermediárias entre a Fundação e a comunidade, o que UCA e UNAC não aceitaram. Um dos camponeses afetados afirma que “*este negócio de eucalipto, não gostamos muito de eucalipto. Nós capinamos e plantamos. Esta coisa de eucalipto é mais para eles lá na Suécia, não serve para nos aqui.*” (Idrissa Assani)

#### 2.2 A segurança alimentar em perigo

Em geral, os régulos reclamam que, com a expansão das empresas, haverá menos áreas “*para capinar*” para produzir alimentos, principalmente no futuro próximo. Inclusive, quem se emprega em uma das empresas (veja 2.3), não tem mais tempo para trabalhar na sua *machamba*. A produção de alimentos é algo fundamental, segundo eles, para combater a fome nas comunidades. Uma frase repetida por vários régulos é: “*ninguém pode comer eucalipto*”. A redução das áreas de produção de alimentos em função da expansão do eucalipto e do pinho pode, portanto, afetar futuramente a segurança alimentar das famílias camponesas e a soberania alimentar da região. Alguns régulos disseram que se viesse uma empresa que plantasse alimentos, eles poderiam até aceitar, mostrando a importância da produção de alimentos para essas comunidades. Como disse o régulo de Bairro Qavago no distrito de Sanga: “*o problema da comunidade é fome*”. E segundo a rainha de Maniamba, “*primeiro a empresa invadiu as terras em descanso, agora invadiu as boas terras*”.

Vale ressaltar que, para a produção de alimentos, as famílias camponesas contam com muito pouco apoio. O régulo de Bairro Qavago disse que precisa, por exemplo, de um trator para a comunidade porque hoje há apenas um trator para todo o distrito. Cada distrito, que conta com uma população que pode chegar a mais de 200 mil pessoas, recebe do governo central cerca de 7 milhões de Meticais moçambicanas (US\$ 230 mil) para esse tipo de investimento. Segundo a UCA, muitas vezes, esse recurso não chega às associações locais, e mesmo quando chega, é preciso devolvê-lo num prazo curto de 7 meses, algo inviável para as famílias camponesas.

<sup>30</sup> Novembro de 2008.

### 2.3 A questão do emprego

O principal argumento utilizado pelas empresas para convencer os régulos a entregar terras para o plantio de pinho e eucalipto é a oferta de emprego para as comunidades, um fenômeno até então ausente na maioria delas. Segundo o *Global Solidarity Forest Fund*, trata-se do primeiro emprego para comunidades que só viviam da agricultura de subsistência.

Não há dados sobre o total de trabalhadores, mas se trata de um número significativo, entre 1000 e 3000 empregados. Segundo um membro da comunidade, só na *Chikweti*, há 3000 trabalhadores, mas conforme informações da GSFF, ‘*Chikwete tem atualmente 730 empregados*’<sup>27</sup>. Na comunidade de Nthamila, a empresa ‘*New Forests Malonda*’ conta com 200 trabalhadores. Segundo a Fundação Malonda, nos últimos 4 anos, 3000 pessoas trabalharam nas empresas.<sup>28</sup>

Constatamos em campo que a oferta de emprego é real e que as empresas até empregaram vários régulos, mostrando ainda mais como este último fato teve peso na concessão de terras por parte deles. Um dos dois régulos ouvidos na comunidade de Lumbe afirma que “*no fundo, fomos corrompidos pelo emprego*”.

No entanto, mesmo os régulos empregados têm hoje uma visão mais crítica em relação à questão da geração de emprego, devido à experiência dos últimos 2-4 anos. As principais críticas feitas são:

- em várias comunidades camponesas, os empregados foram demitidos depois de cerca de um ano, ou seja, os régulos percebem que não se trata de uma empregabilidade segura;
- falta de transporte para os trabalhadores. Houve um relato de que trabalhadores teriam que se deslocar em até 50 km até o local de trabalho, com o detalhe de que o gerente “*branco*” teria dito que “*o negro pode suportar isso*”, dando indícios da prática de racismo. Em protesto, a comunidade chegou a prender o transporte da empresa, mas não conseguiram nenhum resultado concreto;
- um outro exemplo nesse sentido é que supervisores brancos capacitam supervisores negros do local, mas enquanto os brancos andam sempre de carro, os mesmos não oferecem transporte para os supervisores negros. A rainha de Maniamba (distrito de Lago) complementa assim: “*queremos que o dinheiro que recebe o branco, que o negro recebe os mesmos direitos*”;

---

<sup>31</sup> Vasterasstift, “Global Solidarity Forest Fund”, [www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf](http://www.vasterasstift.nu/PDF/GSFF.pdf), acesso em 26 de novembro de 2009.

<sup>32</sup> Fundação Malonda, “Promotor e Facilitador do Desenvolvimento do Sector Privado”, Folder, [www.malonda.co.mz](http://www.malonda.co.mz), 2009.

- falta de equipamento de proteção para os trabalhadores, o que já causou a morte de trabalhadores por picadas de cobra na comunidade de Maniamba, no distrito de Lago;
- casos de trabalhadores que ficam 3 (três) meses sem receber salário;
- salário mensal baixo, em torno de 1800 Meticais por mês, ou US\$ 60<sup>29</sup> (equivalente ao salário mínimo moçambicano). Mas um trabalhador disse que, depois dos descontos, não ganhava mais do que 1300 Meticais por mês, ou US\$ 43. Com este dinheiro, o camponês tem que comprar seus alimentos, já que não há tempo para fazer *machamba* porque os horários de trabalho são de 5hs de manhã até 16 horas, e também nos sábados até 13 horas;
- quando o trabalhador está doente ou tem que ir ao hospital, ou seja, não pode trabalhar por questões de saúde, seu dia é cortado, mesmo quando ele apresenta um atestado.

Hoje, há trabalhador com dívidas e medo de perder o emprego se reclamar de algo.

Um ex-trabalhador, Batista Malomia Modoca de Nthamila, distrito de Muembe, afirmou que, em termos de renda, vale mais a pena plantar feijão na sua propriedade e vender a colheita do que trabalhar na empresa. Ele é pai de 10 filhos.

#### 2.4 Outros impactos

Fora dos impactos acima citados, os régulos e membros das comunidades ouvidas não têm citado outros impactos das monoculturas de árvores, como os impactos sobre a água, algo muito comum no Brasil e outros países com plantações de árvores em larga escala. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria das árvores tem sido plantada a partir de 2007, ou seja, trata-se de um fenômeno bastante recente.

Isso não quer dizer que não há nenhuma informação e/ou preocupação sobre outros impactos. Por exemplo, um membro da comunidade de Mussa que já trabalhou em plantações de árvores na África do Sul disse: “*onde tem pinheiro, não tem água*”.

Em relação ao uso de agrotóxicos, segundo um técnico da *Fundação Malonda*, há um problema com os ataques da térmita<sup>30</sup> nas raízes do eucalipto e a Fundação aplica agrotóxico para combater isso. Porém, não aplicam herbicidas, algo que, segundo ele, costuma ocorrer nas outras empresas. Mesmo assim, não ouvimos reclamações das comunidades sobre isso apesar de que é algo que preocupa, já que os camponeses em geral não utilizam agrotóxicos. O risco de contaminação é real porque as *machambas*, que produzam unicamente alimentos para as comunidades e para comercialização, se localizam próximas às áreas das monoculturas de árvores.

---

<sup>33</sup>Através de um anúncio da empresa Chikweti na internet, a empresa está procurando um engenheiro florestal para trabalhar em Niassa, oferecendo um salário de US\$ 4200,00, ou seja, 70 vezes mais do que o salário oferecido para os trabalhadores das comunidades.

<sup>34</sup>*Cupim* no Brasil.

O régulo adjunto da comunidade de Chiganga, distrito de Lichinga, demonstrou preocupação com a expansão do pinho nas áreas da comunidade pela empresa *Chikweti* o que pode afetar o acesso a uma área importante para a comunidade para fins de pesca e extração de bambu. Ele tem medo de que a empresa possa, inclusive, ocupar essas áreas e disse que já viu isso acontecer em outras comunidades.

Outro impacto (futuro) que preocupa o régulo do Bairro Qavago no distrito de Sanga é a visão, o horizonte da comunidade, já cercada por pinhos ainda pequenos. Teme-se que a comunidade possa perder a visão da região, um extenso planalto.

#### **IV. Capítulo 3. A resistência**

Percebe-se que a resistência por parte das comunidades a implementações dos projetos de plantações não é uma tarefa fácil, já que esses projetos chegam com o aval do governo central do capital Maputo ou, nas palavras de um membro da comunidade, “*vêm a mando do presidente*”. Durante nossa visita, a primeira ministra moçambicana encontrava-se em Portugal, na busca de mais investimentos na área de monoculturas de árvores em larga escala no país, mostrando bem que se trata de uma área estratégica da política governamental de investimentos.

Mesmo assim, as comunidades tentam protestar e resistir ao avanço das plantações. Uma forma é a resistência, visível no campo, com áreas de pinho e eucalipto queimadas, forçando as empresas a colocar guardas para vigiar as áreas. Segundo membros das comunidades, esses atos foram realizados tanto por trabalhadores quanto por membros de comunidades, descontentes ou até mesmo revoltados com as empresas.

Outra forma de resistência que está se iniciando é uma maior articulação dos régulos e lideranças das comunidades afetadas para buscar frear e impedir o avanço das empresas, a partir da constatação de que as empresas não têm respeitado aquilo que foi acordado, ou seja, ultrapassar os limites das áreas que foram previamente combinadas com a comunidade. Em algumas delas, os régulos pediram o apoio da UCA e UNAC para isso. No caso da comunidade de Bairro Qavago (distrito de Sanga), já cercada pelas plantações de árvores, o régulo disse que pretende se articular com outros régulos para pressionar as empresas a devolverem uma área para a comunidade, garantindo assim que a mesma possa usar a terra para tirar lenha e para outros fins.

## V. Capítulo 4. Considerações Finais

Ao escrever este breve relato, percebe-se a importância de divulgar as informações nele contidas, uma vez que o processo de expansão das plantações de árvores em larga escala em Moçambique ainda está na sua fase inicial. Mesmo assim, alguns dos impactos negativos comuns em outros países como o Brasil, com um histórico de décadas de existência dessas plantações, já apareceram também em Moçambique, como a disputa pela terra entre as empresas e as comunidades camponesas, a tendência do crescente impacto sobre a produção de alimentos e os problemas com os empregos precários.

Talvez agora seja um momento oportuno para buscar uma articulação maior entre as comunidades afetadas e organizações de apoio com o objetivo de tentar um diálogo com as autoridades para buscar reverter o avanço das plantações de árvores e procurar incentivar outras formas para melhorar a vida das pessoas no campo.

Esta publicação do WRM busca mostrar, como ocorre em tantos outros lugares no mundo, que as plantações em larga escala não contribuem para a melhoria da situação do povo, ao contrário. No caso de Moçambique, elas tendem a aumentar a pobreza da maioria da população ao reduzir o acesso à terra e pôr em risco, sobretudo a médio e longo prazo, a segurança alimentar. Apenas um grupo reduzido de pessoas, sendo o alto escalão das empresas, tende a se beneficiar de fato da expansão das plantações, além dos acionistas e proprietários das empresas em questão.

Em relação aos impactos encontrados em campo, vale a pena fazer um alerta aos investidores nas plantações oriundos de países Europeus, que têm fomentando as plantações na província de Niassa: Igrejas da Suécia e Noruega e o fundo de pensão holandês ABP através do *Global Solidarity Forest Fund*, além do governo Sueco.

Enquanto as plantações contam com vastos recursos, as comunidades locais não se beneficiam disso. Ao contrário, as plantações causam muitos problemas em âmbito local e não geram suficiente trabalho e renda para a população da região, ou seja, beneficiam poucos. Não é o que se observa na pequena agricultura, praticada por cerca de 80% da população de Niassa. Durante nossa visita, ouvimos mais de uma vez camponeses e suas organizações afirmarem que o desenvolvimento regional deveria focar na melhoria da agricultura em pequena escala. Esse tipo de uso da terra tem o potencial de gerar renda suficiente para camponeses e camponesas locais se mais fundos públicos e privados fossem disponibilizados para tal fim.

Finalizamos este pequeno documento concluindo que a agricultura em pequena escala certamente seria uma alternativa melhor do que os projetos de monoculturas de árvores.



- *Plantio de pinus da empresa Chikweti perto da aldeia Bandesi, Distrito de Lago*
- *Plantation in of the Chikweti company, near Bandesi Village, District of Lago*

- *Casas e machambas de familias camponesas, próximas ao Lago de Niassa, Distrito de Lago*
- *Houses and farms of peasant families, near Niassa Lake, District of Lago*



- *Grupo de moradores camponeses/as, aldeia Maniamba, Distrito de lago*
- *Group of peasant villagers of Maniamba Village, District of Lago*

- *Placa da empresa Chikweti, próxima à aldeia Maniamba, Distrito de Lago*
- *Advertisement of the Chikweti company, near Maniamba Village, District of Lago*







Figura 1: Mapa de Moçambique: composto por 10 províncias  
 (<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/mocambique/mapa-de-mocambique.php>)  
 Figure 1: Map of Mozambique with its ten provinces  
 (<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/mocambique/mapa-de-mocambique.php>)



- Pine plantation surrounding the community of Bandesi, District of Lago
- Plantio de pinus cercando a comunidade de Bandesi, distrito de Lago

- Advertisement of the inauguration of the pine and eucalyptus nursery of the Fundação Malonda, near the Mussa Community, District of Lichinga
- Placa de inauguração do viveiro de pinus e eucalipto da Fundação Malonda, próxima à comunidade de Mussa, distrito de Lichinga



- Women of the Maniamba Village selling charcoal on the road, District of Lichinga
- Mulheres camponesas vendendo sacos de carvão na beira da estrada, distrito de Lichinga

- Peasant women and children of the Maniamba Village, District of Lago
- Mulheres e crianças camponesas na aldeia Maniamba, distrito de Lago



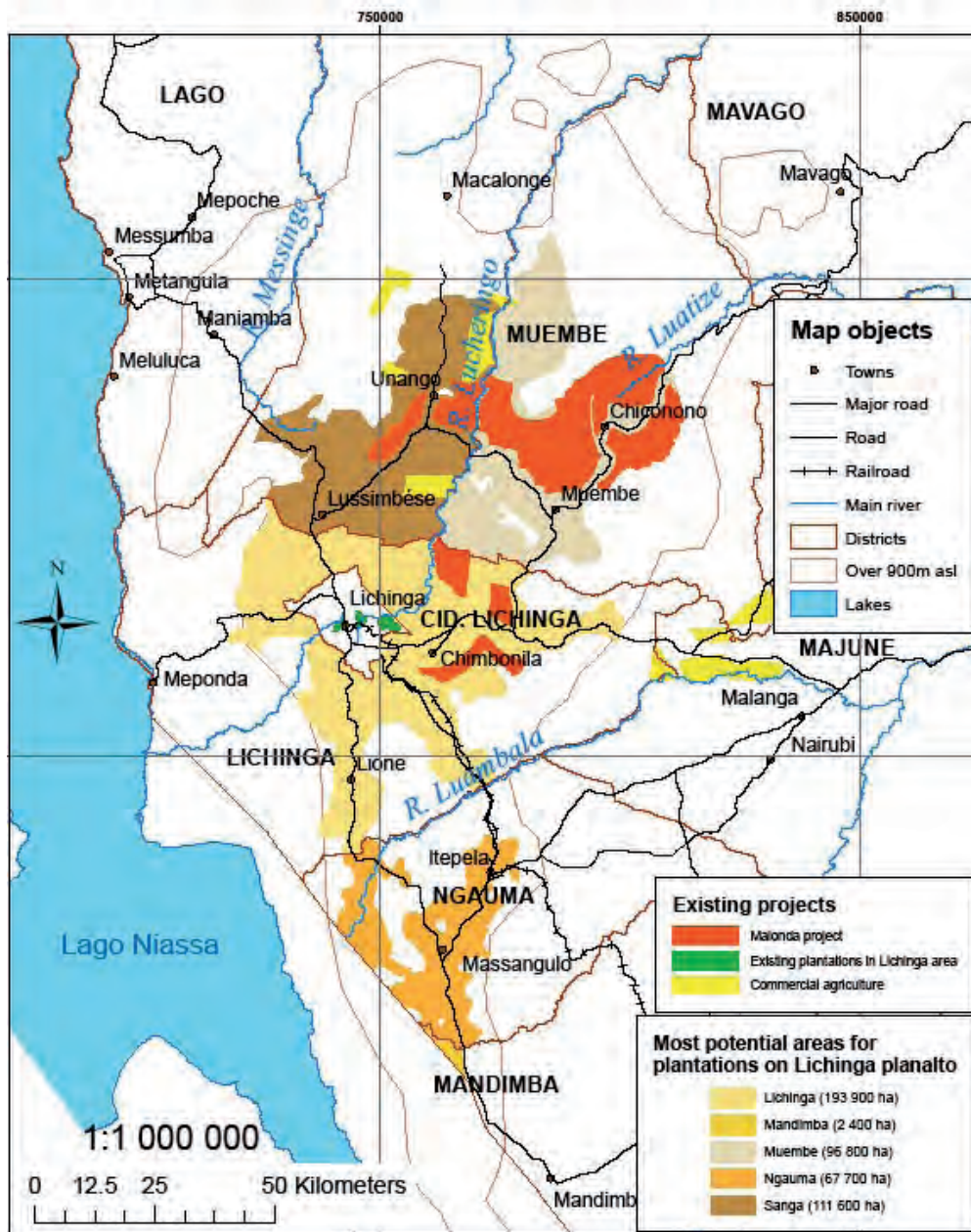


Figure 2: High potential areas for tree plantations on the Lichinga Plateau (Savcor/Indufor e Rural Consult Ltd., 'Zoning and identification of areas for investment in the agrarian sector and socio-environmental analysis for Niassa province, Volume V - Forestry Plantations', www.malonda.co.mz, accessed on 22 January 2010).

Figura 2: Áreas com alto potencial para plantações de árvores no Planalto de Lichinga (Savcor/Indufor e Rural Consult Ltd., "Zoning and identification of areas for investment in the agrarian sector and socio-environmental analysis for Niassa province, Volume V - Forestry Plantations", www.malonda.co.mz, acesso em 22 de Janeiro de 2010).